

Discurso da Exma. Dra. Laura Botelho, presidente da Associação, de Magistrados do Trabalho da 6ª Região (Amatra VI), por ocasião da solenidade de posse da mesa Diretora do TRT6, em 07.02.2019, no Recife

Boa tarde!

Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Brito Pereira, autoridade em nome da qual saúdo os demais integrantes da mesa de honra, bem como todos os presentes nesta solenidade de posse nos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o biênio 2019/2021.

Primeiramente, gostaria de externar a minha alegria e honra por estar aqui representando a Amatra 6, entidade que congrega os Juízes do Trabalho de Pernambuco desde 1975 e cuja história sempre foi marcada pela defesa do Estado Democrático de Direito, dos direitos e garantias individuais e coletivos e da autonomia, dignidade e independência do Poder Judiciário, em especial da Justiça do Trabalho.

A minha fala necessariamente deve envolver duas partes: uma de reconhecimento aos dirigentes que hoje encerram esse ciclo na Administração e a outra de acolhimento aos que hoje iniciam essa nova jornada. Assim, primeiramente, gostaria de agradecer toda a dedicação e o empenho demonstrados pelos Desembargadores Ivan de Souza Valença, Valdir Carvalho e Dione Furtado. Temos a certeza de que Vossas Excelências deram o que tinham de melhor para o nosso Tribunal, com os recursos existentes, dedicando boa parte do seu tempo à realização do interesse coletivo.

Não é nada fácil responder por tantas vidas, tantas histórias, tantos anseios e por interesses muitas vezes conflitantes. Naturalmente que essa caminhada pode ser, em determinados momentos, tortuosa, mas a Administração procurou manter a altivez e, por vezes, buscar saídas criativas e estratégicas para fazer face ao contingenciamento orçamentário e ao déficit de servidores em razão da impossibilidade de nomeações.

De setembro de 2018, quando tomou posse a nova diretoria da Amatra 6, até o dia de hoje, muitas foram as conquistas obtidas a partir de um diálogo franco e respeitoso entre as instituições. A resolução de questões envolvendo a migração de servidores, a participação de membros da associação em diversos comitês e comissões instituídas no âmbito do Tribunal, entre os quais se destacamos aquela que realizou os estudos a partir dos quais foi possível indicar um imóvel, recentemente aprovado pelo Pleno do Tribunal, onde, se validado o processo pelo CSJT, funcionará o tão esperado e sonhado Fórum da Capital.

Diante de tudo o que foi exposto, e muito mais que teria a pontuar, e que o curto tempo que me foi destinado não permite, é que, em nome dos associados da Amatra 6, demonstro o nosso reconhecimento e gratidão à gestão do Tribunal do biênio 2017/2019.

Feito esse registro, volto-me aos dirigentes que hoje tomam posse, desejando que tenham sabedoria, paciência, serenidade, bem como sensibilidade para lidar com os desafios que irão se apresentar ao longo do próximo biênio. Assim como foi na gestão passada, Vossas Excelências nem sempre navegarão por mares calmos, mas nas adversidades certamente poderão contar com os seus pares, juízes e servidores que integram e honram este Tribunal. Algumas medidas certamente irão desagradar, mas a transparência e o debate democrático irão mitigar essa insatisfação e permitirão que prevaleça o espírito de colaboração. Da diretoria da Amatra 6, o que Vossas Excelências podem esperar é o nosso apoio, sem perder o olhar no interesse dos associados, com a adoção de um diálogo franco e aberto em busca do alcance do que se mostrar melhor para a coletividade.

Por fim, cabe um convite e uma reflexão.

A quase totalidade dos que aqui estão dedicaram ou ainda dedicam suas vidas profissionais a esta instituição, a Justiça do Trabalho, a qual vem sofrendo constantes ataques. Honrar o compromisso que assumimos ao tomarmos posse nunca foi tão importante e essencial. Como bem pontuou o Ministro Lélío Bentes na

sessão que marcou a leitura da última ata de Correição, não há desenvolvimento sem Justiça social.

Precisamos nos insurgir contra qualquer medida que represente retrocesso civilizatório consubstanciado pela extinção, incorporação ou fusão da Justiça do Trabalho. O papel de cada um nessa ação coletiva é fundamental e ele passa pela conscientização da sociedade da importância da missão desenvolvida pelo Poder Judiciário, por meio dos seus comprometidos desembargadores, juízes e servidores, pelo Ministério Público do Trabalho e pela advocacia trabalhista.

Para que a nossa voz tenha eco, a união se faz necessária. Assim, espero que não percamos de vista a ideia de que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos.

Obrigada!